

Imigração, “ethos laboral” e raça: Portugueses e bolivianos em São Paulo

Caroline Cotta de Mello Freitas¹

Resumo: Baseado em pesquisa etnográfica entre imigrantes portugueses (1997 a 2003) e imigrantes bolivianos (2015 a 2016) na cidade de São Paulo, este texto pretende promover uma reflexão sobre o fenômeno migratório “ethos laboral” e raça. A realização das pesquisas indicou a ênfase no trabalho como eixo de elaboração dos discursos dos imigrantes em ambos os grupos, entretanto, nossa hipótese é que em consequência do sistema racial que caracteriza a sociedade brasileira os esforços e dedicação dos imigrantes terão resultados diferentes no que tange à mobilidade social ascendente devido à sua “localização” no sistema racial brasileiro.

Palavras-chave: Imigração; Ethos laboral; Sistema racial brasileiro; Discurso; Etnografia.

Abstract: Based on ethnographic research among Portuguese immigrants (1997-2003) and Bolivian immigrants (2015-2016) in the city of São Paulo, this text intends to incite a reflection on the migration phenomenon, “labor ethos” and race. The realization of both researches indicated the emphasis on work as development axis of the speeches of immigrants in both groups, however, our hypothesis is that as a result of the racial system that characterizes the Brazilian society the efforts and dedication of immigrants will have different results in terms of the upward social mobility because of its “location” in the Brazilian racial system.

Keywords: Immigration ; Ethos ; Brazilian racial system; Speech; Ethnography.

¹ Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP. carolinefreitas@fespsp.org.br

Introdução

Este texto se baseia na experiência da autora com pesquisa etnográfica entre imigrantes portugueses² e bolivianos³ em São Paulo. Ao realizar a pesquisa com imigrantes bolivianos, após muitos anos de intervalo em relação à pesquisa com imigrantes portugueses, novamente nos deparamos com um enfático discurso de valorização do trabalho, a que chamaremos de “ethos laboral”. Neste texto nos dedicaremos a refletir acerca das especificidades do fenômeno migratório sobre “ethos laboral” e raça entre imigrantes radicados em São Paulo. Não inauguramos o debate sobre imigração e trabalho, largamente desenvolvido nas discussões sobre migrações, pretendemos propor uma reflexão com base em nossa experiência de pesquisa com grupos que imigraram para São Paulo no início e no final do século XX, e no início do século XXI, e que tem inserções peculiares na sociedade de destino; entre outras razões, em consequência do modo como opera o “sistema racial” no Brasil. Conforme dito “sistema”, portugueses são brancos e bolivianos são indígenas, ou não-brancos; o que tem implicações consideráveis.

Migrar

Migrar não é apenas uma mudança geográfica, mas também a transição de uma sociedade para outra, por mais que existam afinidades entre as culturas do país de origem e de destino, a migração sempre implica em momentos de esperança, de dificuldades, de rupturas, de troca de uma comunidade “original” por uma terra estranha, às vezes hostil, e que causa estranhamento. A migração é um fenômeno de duas faces: a emigração, realizada por aqueles que deixam seu lugar de origem; e a imigração, concretizada com a inserção em um lugar de destino. Bourdieu caracteriza o imigrante como “incômodo

² Iniciação científica, de agosto de 1997 a agosto de 1999, no Subprojeto 2 - *Famílias Portuguesas na Área Metropolitana de São Paulo (1930-1963)*, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, vinculado ao Projeto Integrado “*Portugueses em São Paulo, Africanos em Portugal: Representações e Vivências Familiares (Século XX)*”, no Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP).

Freitas, Caroline C. de M. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). MIMEO. São Paulo, 2004.

³ Pesquisa: *Um encontro de discursos latino-americanos sobre raça: elaborações sobre raça e mestiçagem entre imigrantes bolivianos em São Paulo/Brasil*, realizada com financiamento do PIPED - Programa de Incentivo de Pesquisa Docente (2015 – 2016) da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/FESPSP.

em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora...”. (1998, p. 11) O migrante se torna um “ausente” em seu lugar de origem, porque emigrado, e um “indesejado” na sociedade de destino. Não estando completamente em lugar algum, fazendo parte de lá e de cá e de nenhum lugar.

A condição do imigrante oscila entre o estado provisório que o define de direito e a situação duradoura que tende a caracterizá-lo de fato. Uma situação ambígua e contraditória que, a depender das circunstâncias, possui maior ou menor peso nas vivências e falas de imigrantes. A ideia de suposta transitoriedade da imigração é importante tanto para os migrantes em seu destino, na medida em que assim se tornam toleráveis, quanto em seu lugar de origem, pois deste modo os emigrantes, ausentes, são percebidos como aqueles que voltarão, idênticos ao que eram, e retomarão o lugar que não deveriam ter abandonado e que só o fizeram provisoriamente. Conforme Sayad (1998), em geral, os migrantes entendem a sua presença em outro país como algo provisório, pois têm sempre em mente o retorno à terra natal (é isso que, segundo o autor, possibilita a emigração), porém, se trata de uma “provisoriedade eterna”.

As migrações não acontecem em função exclusivamente da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da combinação, em diferentes situações concretas, da necessidade com a oportunidade. Todo imigrante, ao sair de seu lugar de origem, imagina que encontrará na sociedade de destino um lugar cheio de oportunidades. No entanto, as possibilidades de mobilidade social ascendente no país de destino nem sempre são animadoras. Uma primeira questão importante é saber se os migrantes já dispõem de trabalho ao chegar, e se a busca por trabalho está mais ou menos relacionada aos conhecimentos e aptidões que possuem. Assim como para a mobilidade social é fundamental o desenvolvimento do mundo do trabalho, em especial, quando a segunda geração ingressa nele. (VERMEULEN, 2001, p. 28)

Além disso, como observa Leite, “o fenômeno migratório tem, pela sua própria natureza, elementos de continuidade” (1999, p. 180). Ou seja, os emigrantes de uma geração utilizam frequentemente contatos e experiências de pessoas pertencentes a gerações anteriores, assim, “as consequências de uma época migratória não se esgotam no seu próprio tempo” (p. 181). Desta forma, podemos entender que, mesmo em momentos de queda nos fluxos migratórios, os migrantes já estabelecidos em outras terras mantêm uma rede de contatos com o país de origem, o que permite uma circulação de informações sobre o país de destino e de contatos entre os que desejam emigrar e os conterrâneos já emigrados.

Sayad define o imigrante como “essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (1998, p. 54). Como consequência, a estadia autorizada ao imigrante está intrinsecamente associada ao trabalho e sua existência na sociedade de destino só é reconhecida porque é um trabalhador. É o trabalho que faz “nascer” o imigrante, que o permite existir; em momentos de crise, quando o trabalho escasseia, a ausência de trabalho faz “morrer” o imigrante, pois este se torna desnecessário, e ainda mais indesejável. É importante destacar que o trabalho destinado ao imigrante não é qualquer trabalho, é aquele que o “mercado de trabalho” lhe destina, em geral desregulamentado, subalterno, pouco valorizado.

A representação na sociedade de acolhimento de que os imigrantes são trabalhadores “desesperados” e sua condição jurídica de “não-nacional”, de excluídos juridicamente do campo político, permite a percepção de que não é necessário garantir-lhes qualquer igualdade frente à lei e na prática. Assim, as discriminações ligadas ao direito, baseadas na distinção entre nacional (cidadão) e não-nacional (não cidadão), se associam às discriminações de fato (às desigualdades sociais, econômicas e culturais), estas, por sua vez, encontram justificativas e atribuem a si mesmas legitimidade com base nas discriminações de direito; uma lógica circular, na qual as situações de fato e de direito se sustentam mutuamente, e permitem a geração e manutenção de situações segregação, dominação, discriminação, garantindo a manutenção do racismo e da xenofobia, por exemplo.

Para pensarmos a imigração, desde finais do século XX, Sayad sugere que a tomemos como um sistema, posto que é dotada de uma lógica própria, tem efeitos e causas próprias, bem como condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação. (SAYAD, 1998, p. 105) O fenômeno migratório tem aspectos internacionalizados, que historicamente afetam o globo, e que desde finais do século XX tornaram o mundo da emigração e o da imigração de tal forma conexos ao modo como opera a economia global que não é mais possível separar, como no caso do Brasil, por exemplo, países expulsores de emigrantes e países receptores. Boa parte dos países se tornou ambos, expulsor e receptor. Uma transformação profunda em relação à clássica distinção, forjada no período das “grandes migrações”, identificado principalmente com finais do século XIX e inícios do século XX, que definia países pobres e/ou em crise como países expulsores e países ricos e/ou em desenvolvimento como países receptores. Os fluxos migratórios têm, contemporaneamente, complexidades e especificidades de outra ordem, que fazem com que países acumulem tanto fluxos de expulsão quanto de recepção de migrantes.

Imigrantes Portugueses em São Paulo

A presença de portugueses no Brasil, em consequência do fato de o país ter sido colônia portuguesa, é, como se pode imaginar, bastante antiga. Em 1822, os portugueses deixaram de ser colonizadores, para tornarem-se imigrantes, chegando mesmo a competir com os escravos africanos e homens livres pobres os trabalhos menos qualificados (ALENCASTRO, 1988, p. 41).

Entre outras motivações, a imigração portuguesa para o Brasil no século XX teve como motor a ideia de que o país é, de certa maneira, “parte” de Portugal, dados os laços históricos e culturais que unem os dois países. O mais forte indício destes laços, sem dúvida, seria a nossa língua. A noção de “mundo português” afirmada em meados do século XX prescinde de fronteiras políticas, e sublinha a existência de uma “comunidade lusófona” legitimada pela língua, história e cultura comuns, e dá sentido a esta percepção de laços profundos que uniriam Brasil e Portugal.

Nossa pesquisa com imigrantes portugueses em São Paulo foi delimitada com base em dados estatísticos sobre este fluxo migratório para o Brasil no século XX. Os anos de 1930 a 1960 são, como apontam as estatísticas, momentos de ruptura no fluxo migratório português para o Brasil. Eulália Maria Lahmeyer Lobo (1994) discute a migração de portugueses para o Brasil levando em conta, além dos dados sobre a imigração, a situação política em Portugal e as políticas imigrantistas do governo brasileiro, e identifica três períodos da imigração portuguesa para o Brasil neste século. A saber: de 1888 a 1930 – período em que ocorreu uma intensificação do fluxo migratório; de 1930 a 1950 – período de redução da imigração portuguesa; e o último a partir de 1950 – período de recuperação relativa da imigração para o Brasil. Existem dados suficientes para dizer que a partir de 1960 a imigração portuguesa para o Brasil cai drasticamente e se redireciona para outros países da Europa, em especial a França (ALMEIDA e BARRETO, 1970).

O ano de 1930 foi um marco nas legislações imigrantistas brasileiras. Nesse ano, Getúlio Vargas fez drásticas mudanças na legislação migratória, impondo limites à imigração estrangeira e incentivos à migração interna. Apesar das Constituições de 1934 e 1937 estabelecerem cotas para entrada de imigrantes e restringirem os seus direitos, a legislação foi abrandada com relação a Portugal, e em 1939 a restrição numérica à entrada de imigrantes portugueses no Brasil foi revogada. Nesse momento também foram adotadas outras medidas que favoreciam a imigração portuguesa para o país. (FAUSTO, 1991; LOBO, 1994). Algo que indica que imigrantes portugueses não eram tratados com a mesma “desconfiança” que imigrantes de outros países.

O período de 1930 a 1960 não é um momento em que tenha ocorrido uma homogeneidade no fluxo migratório. Na verdade, podemos identificar momentos distintos dentro deste período, um que vai de 1930 a 1949, e em que o fluxo migratório diminui, e um segundo que vai de 1950 a 1960, em que ocorre um crescimento relativo da imigração portuguesa para o Brasil. No último período, a emigração portuguesa para o Brasil era entendida como um problema para o governo português, pois os migrantes preferiam vir para o Brasil a ir para as colônias portuguesas na África, onde o governo português pretendia tornar sua presença mais “efetiva” e para tal necessitava de colonos que ocupassem tais territórios “portugueses”. É crucial lembrar que, em 1952, o governo português criou a Junta Migratória do Ministério do Interior, que passou a exigir a apresentação de uma “Carta de Chamada”⁴. Graças a esta exigência os imigrantes chegavam à São Paulo e rapidamente começavam a trabalhar. Dentre os trinta relatos que colhemos, a pessoa que demorou mais tempo para conseguir trabalho em São Paulo tardou quinze dias; tempo bastante curto para alguém que chega a um país estranho.

Na cidade de São Paulo, de acordo com Robert Rowland, o imigrante português chegado nos primeiros anos do século XX vai “preencher o vazio deixado pelo refluxo da imigração italiana” (1998, p. 367). Na capital paulista, os portugueses recém-chegados tiveram dificuldades em se integrar, principalmente no mercado de trabalho, e o fizeram em uma posição subalterna. Ao contrário do ocorrido no Rio de Janeiro, em São Paulo os migrantes portugueses ocuparam um lugar de segunda ordem (ROWLAND, 1998, pp. 366 - 369). Em São Paulo a presença portuguesa é identificada principalmente com as padarias, uma vez que a maior parte dos proprietários de padarias em São Paulo é ou descendente ou imigrante português.

Os primeiros tempos em São Paulo sempre foram descritos pelos imigrantes com quem conversamos, com muita emoção, como tempos difíceis superados com muita luta e trabalho. Enfatizavam que tudo que construíram no Brasil foi conseguido à custa de muito trabalho e sacrifício. “Não foi fácil não... foi muita luta viu, muito sofrimento, muita saudade, muita...muita lágrima (emocionada) (...) na minha chegada, que eu morei quatro anos e meio num cômodo e cozinha, com os dois bercinhos, um de cada lado, sem nada. A gente chegou aqui sem nada, esta vida, não tem...tanto eu como o meu marido,

⁴ A “Carta de chamada” era um documento enviado por alguém no lugar de destino se responsabilizando por arranjar emprego e garantir abrigo para o emigrante em sua chegada. Este documento era necessário para que o emigrante pudesse deixar Portugal, esta exigência do governo português visava diminuir o índice de retornos, controlar o número de migrantes que se dirigiam para outros destinos que não as colônias e as fontes de remessas de dinheiro.

né. Foi tudo... nós começamos assim lá de baixinho mesmo, lá de baixo. Fomos subindo graças à Deus. Lentamente, por isso que a gente dá muito valor às coisas.” Esta fala de uma senhora portuguesa é exemplar, os imigrantes narravam o começo de suas vidas no Brasil de forma muito semelhante, alguns contavam ter obtido maior sucesso econômico, outros menor, mas todos, sem exceção, consideravam ter sido bem-sucedidos com a imigração para o Brasil. Os relatos combinavam a ascensão social com um tom épico, histórias de “luta e sofrimento”, termos carregados de emoção e usados como distintivos de sua trajetória.

É interessante ressaltar que os entrevistados tendiam a mencionar as conquistas materiais de passagem, e enfatizar o fato dos filhos estarem “todos formados”. A valorização da educação formal era algo muito significativo no interior do balanço feito pelos imigrantes com relação ao sucesso de seu projeto migratório. A educação formal dos filhos não só era um signo de sucesso, como também era apontada como uma preocupação constante. Nesse sentido, ao optarem pelo Brasil e pela permanência no país com o intuito de garantir a educação formal dos filhos, o que estes imigrantes fizeram foi “fugir” do imobilismo social que associavam a Portugal.

É interessante notar que, paralelamente ao fato de os filhos serem “formados”, apareciam nas narrativas, tanto de homens como de mulheres, referências ao fato de os filhos trabalharem, estarem “aí trabalhando”. O ethos laboral aparecia como eixo de seus discursos; todos, sem exceção, afirmavam que trabalharam muito, os cônjuges também, e tinham orgulho em dizer que hoje filhos e netos “...estão todos aí trabalhando, na luta...”.

A maioria dos imigrantes que entrevistamos não foi “empregada” por muito tempo, principalmente os homens, que assim que podiam abriam um negócio próprio. A maioria dos imigrantes trabalhou por conta própria, teve “botecos”, padarias, “secos e molhados”, trabalhou como feirante ou barbeiro. A explicação recorrente para isto é a de que em Portugal eles trabalhavam por conta própria, na lavoura, portanto não estavam acostumados a ser “empregados de alguém”.

A inserção de imigrantes no setor comercial não é algo específico aos imigrantes portugueses radicados em São Paulo. Este tende a ser um nicho de ocupação econômica cuja inserção depende mais da habilidade individual e não exige educação formal, e é tradicionalmente ocupada por imigrantes (GRUN, 1992). Já entre as mulheres foi muito comum, pelo menos nos primeiros tempos em São Paulo, trabalharem como empregadas domésticas. Quando relatavam suas experiências como domésticas comentavam que as famílias paulistanas abastadas preferiam moças portuguesas para trabalharem em suas

casas, principalmente como babás, pois falavam corretamente português e eram “muito sérias” e não seriam dadas a ausências ou namorados, como as brasileiras. Ao justificarem assim sua ocupação como domésticas as entrevistadas procuravam se distanciar do baixo estatuto atribuído às empregadas domésticas que, historicamente, em sua maioria são afrodescendentes, e se afirmar como, de algum modo, qualificadas.

Os relatos dos imigrantes portugueses com os quais tivemos contato permite afirmar que o fato de serem brancos e falarem português foi algo que tornou sua inserção no mundo do trabalho na capital paulista menos difícil e proporcionou acesso ao trabalho formal, pois não tinham problemas como a falta de documentos.

Imigrantes bolivianos em São Paulo

Para conhecer a realidade dos imigrantes bolivianos é preciso entender como o Brasil se insere no movimento migratório intrarregional que une a América Latina e o Caribe, e o fluxo migratório de bolivianos para o país, em especial para a cidade de São Paulo. A presença de imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo é cada vez mais visível, e os imigrantes, em geral, sofrem preconceito por serem identificados como tendo origem indígena e serem oriundos de um país pobre.

Desde 1970, o Brasil se inseriu no novo cenário dos movimentos internacionais de migração que envolve a América Latina e o Caribe, figurando como um destino regional importante e recebendo muitos imigrantes sul-americanos. Dados censitários (BAENINGER, 2012) indicam que, em 2000, o Brasil tinha 118.585 pessoas nascidas na América Latina e no Caribe, das quais 20.322 eram oriundas da Bolívia. Destas, 10% chegaram antes dos anos 1960, o que indica a importância desse movimento migratório a partir dos anos 1970. No entanto, o maior contingente de imigrantes chegou após 1990. Nos últimos trinta anos, o Brasil tem se configurado como área de expansão das migrações latino-americanas, e este fluxo de migrantes tende a dirigir-se para as áreas metropolitanas, como no caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. As pessoas que entrevistamos chegaram a São Paulo entre 1984 e 2008.

Dentre os imigrantes do subcontinente, o contingente mais expressivo na cidade de São Paulo é o boliviano. Apesar da imigração estrangeira em finais do século XX e início do século XXI ter como característica a falta de documentos (que é o caso de boa parte dos imigrantes sul-americanos na cidade de São Paulo, o que torna difícil a mensuração destes fluxos), a presença de imigrantes bolivianos na cidade é notável a

qualquer um. Algo que permite afirmar que se os dados oficiais não são exatos é porque eles minoram a presença de bolivianos.

A partir da década de 1980, ocorreu um aumento significativo no fluxo de migrantes bolivianos em direção a São Paulo. Pessoas que buscavam trabalho em decorrência da forte crise econômica enfrentada no país vizinho, agravada pelas reformas neoliberais que geraram altos níveis de desemprego graças à privatização do setor mineiro boliviano. Nos anos 1980, começou a se delinear um novo perfil do imigrante: em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros, com escolaridade média, muitos deles de origem rural, que se dirigem para São Paulo atraídos pelas promessas de bons salários na indústria de confecção. Predominam pessoas oriundas dos departamentos⁵ de La Paz e Cochabamba. Em alguns casos, outros membros da família acabaram também emigrando, inclusive os pais, o que permitiu o processo de reunificação familiar. A maioria centra suas atividades no setor de confecção, especificamente na atividade de costura.

A partir dos anos 1990, a presença boliviana passou a se concentrar predominantemente em alguns bairros centrais da cidade de São Paulo, como Bom Retiro, Brás e Pari, onde se encontra o núcleo de produção e comercialização da indústria de confecção. Com a crescente demanda por mão-de-obra para oficinas de costura, a chegada de imigrantes bolivianos se tornou incessante, algo que se mantém ainda hoje, e tem se tornado substantivamente mais feminina. Paralelamente a isso, com as transformações ocorridas no setor da indústria de confecção a partir dos anos 1980, os bolivianos passaram a ser incorporados como trabalhadores temporários, sem qualquer regulamentação trabalhista, se tornando vulneráveis, seja pelo fato de parte estar indocumentada no Brasil, seja por não terem contrato de trabalho regular. Esta situação permitiu, entre outras coisas, que outros bolivianos se tornassem intermediários entre patrões e empregados de oficinas terceirizadas espalhadas pela cidade. Assim, nesta situação de precariedade, a prática de abusos com trabalhadores bolivianos se tornou comum e tem sido sistematicamente denunciada pela mídia⁶ – como por exemplo situações em que bolivianos trabalham e vivem em condições análogas à escravidão.

⁵ O território da Bolívia, política e administrativamente se divide em departamentos, províncias, municípios e territórios “indígena originário campesinos”.

⁶ Por exemplo: <http://racismoambiental.net.br/2015/04/10/mpf-e-defensoria-del-pueblo-da-bolivia-promo-vem-audiencia-publica-para-debater-situacao-de-bolivianos-e-bolivianas-no-brasil/>, <http://www.brasildefato.com.br/node/8522>, http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=280 .

Os imigrantes bolivianos tendem a não se reconhecer na situação descrita pela mídia e a se sentir profundamente incomodados com a imagem negativa que a imprensa brasileira lhes atribui. Esta imagem negativa – de “escravos”, ou “aliciadores”, que enganam compatriotas e os trazem para trabalhar em condições desumanas, ou ainda, de “patrões inescrupulosos”, que exploram compatriotas e os fazem viver em condições deploráveis, algo que acontece em alguns casos e causa constrangimentos a muitos bolivianos em São Paulo – é negada pela maioria (VIDAL, 2012). Como reação e com o intuito de promover uma imagem positiva dos bolivianos na cidade, foram criadas organizações sociais e culturais pela comunidade boliviana, em especial pelos migrantes que estão radicados na cidade há muitos anos. Estas associações são esforços para divulgar que a comunidade boliviana em São Paulo é mais do que uma “massa de pessoas escravizadas”. O que os membros da comunidade querem é que a sociedade paulistana os veja em sua riqueza de expressões culturais, divulgando suas festas sagradas e profanas, abrindo à sociedade envolvente seus momentos de devoção e de lazer.

Os imigrantes bolivianos com os quais tivemos contato, ao contar sua história de vida e as dificuldades pelas quais passaram, explicavam que as dificuldades na Bolívia eram muitas e que decidiram vir para São Paulo em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias, mas com a intenção de “fazer um pé de meia” e retornar. Seus discursos, como entre os portugueses, são marcados pela valorização do trabalho, do esforço e a ideia de que com “trabalho duro” se consegue qualquer coisa. Um senhor descreveu deste modo a sua chegada a São Paulo: “O trabalho, quando cheguei, era pesado, mas se ganhava algum dinheiro. Tanto que, dois anos depois, mandei buscar minha esposa e minha filha mais velha, que tinha dois anos”. Este mesmo senhor, sobre a discriminação e exploração que seus compatriotas sofrem aqui, afirmou: “Vejo no jornal, bolivianos são explorados, fico pensando, será que é mentira do jornal? Porque eu nunca vivi isso! As pessoas trabalham, trabalham duro, mais de 12 horas até, mas não é isso a vida? Isso não é exploração, é como as coisas são.”

Chama a atenção na fala deste senhor sua ênfase na ideia de que não prospera quem “Não se esforça muito, sabe? Parece que não tenta melhorar as coisas para a família”. Este senhor, como a maioria dos imigrantes bolivianos com quem tivemos contato, não associa as dificuldades que seus patrícios passam em São Paulo ao fato de serem bolivianos e indígenas. Todo o tempo, os discursos dos imigrantes se desenrolaram no sentido de afirmar que as dificuldades que bolivianos eventualmente enfrentam aqui são de sua responsabilidade, pois “são pessoas do campo, sem cultura, que preferem viver

só entre elas, e isso é errado, porque aí não aprendem português, não sabem falar, e aí fica tudo difícil.”

A maioria dos migrantes bolivianos com quem conversamos trabalha em oficinas de costura, alguns possuem sua própria oficina e empregam compatriotas, outros trabalham como comerciantes no mercado informal. A maioria dos entrevistados que trabalha como comerciante é ambulante, possui barracas nas feiras bolivianas pela cidade. Diferentemente dos imigrantes portugueses, os bolivianos não têm problemas em trabalhar como empregados e quando são comerciantes trabalham na informalidade.

É digno de nota que também é comum entre imigrantes a valorização de uma ética do trabalho, é corriqueira a afirmação de seu valor pessoal por meio da menção à quantidade de horas que trabalham por dia e de dias por semana trabalhados, de seu esforço em conquistar uma vida melhor para si e os seus. Tal qual os imigrantes portugueses, todos os entrevistados mencionaram com orgulho o fato de seus filhos e filhas estudarem, alguns inclusive frequentarem a universidade, algo muito difícil no contexto boliviano.

À guisa de conclusão

A cidade de São Paulo é conhecida pelo *slogan*: “A cidade dos mil povos”, que se refere a uma característica da qual a cidade muito se orgulha. A maior cidade brasileira tem sua história, desde finais do século XIX, marcada por ciclos de imigração que a transformaram, tanto em termos populacionais quanto espaciais, e fizeram com que ela se tornasse uma das cidades de população mais diversificada da América do Sul. A variedade de fenótipos, de tradições, de religiões e de sotaques são características da cidade de São Paulo. Sua diversidade populacional e suposta vocação para receber estrangeiros são uma das características mais alardeadas por seus habitantes. E a cidade continua a atrair estrangeiros, que chegam, primordialmente, em busca de trabalho, mas nem todos os imigrantes são bem recebidos e/ou prosperam.

Apesar da forte identificação dos imigrantes de que tratamos aqui com um ethos laboral, que faz com que tanto o grupo de portugueses como o de bolivianos afirme seu “valor” por meio de seu trabalho, o que se nota é uma diferença substantiva em suas experiências de inserção na sociedade de acolhimento. É importante mencionar que diferentemente do que observamos entre os imigrantes portugueses, ao que tudo indica, a segunda geração de bolivianos não tem conseguido acesso à melhores oportunidades em termos de ocupação e salários. Isto é, se o esforço dos imigrantes portugueses em

garantir que seus filhos e filhas estudassem e chegassem à universidade resultou em clara mobilidade social ascendente, o que observamos é que os esforços dos imigrantes bolivianos no mesmo sentido não têm dado os mesmos resultados. Uma das hipóteses que levantamos é a de que o fato de os bolivianos serem identificados como indígenas, isto é, o fato de possuírem fenótipo não-branco, limita suas possibilidades de inserção e mobilidade social ascendente na sociedade brasileira.

Frases como “quem trabalha fica bem” se repetem nas falas de imigrantes de origem portuguesa e boliviana, sugerindo que o racismo sistêmico que caracteriza a sociedade brasileira não afeta aqueles que “tem um objetivo”, “que querem melhorar”, “não tem medo de trabalhar”. Também constatamos serem recorrentes, assim como a afirmação de que não existe racismo no Brasil, a afirmação de que existe racismo na Bolívia e em Portugal e a sugestão de que nestes países a população não-branca (negra e/ou indígena) “sofre mais”. O preconceito em relação à população negra entre os imigrantes, portugueses e bolivianos com quem dialogamos foi evidente, assim como um esforço para se diferenciarem desta população.

Interessa indicar que em que pese o ethos laboral, talvez as histórias dos imigrantes bolivianos em São Paulo não venham a ser tão bem-sucedidas quanto as dos portugueses. O sistema racial brasileiro é implacável. E se suas elaborações favorecem a inserção de descendentes de imigrantes portugueses, porque brancos, desfavorecem na mesma proporção a inserção e mobilidade social ascendente de descendentes de imigrantes bolivianos, porque indígenas, não-brancos.

Sabemos que o racismo brasileiro se manifesta de acordo com uma espécie de “escala cromática”, atingindo mais as pessoas com fenótipo mais próximo da ancestralidade africana e indígena, e suavizando as discriminações conforme a aparência se aproxime do fenótipo associado idealmente ao branco. Esse sistema de classificação se explica por uma série de fatores históricos, demográficos, sociais e políticos, que construíram o padrão de relações raciais no Brasil, constituindo o que Oracy Nogueira (1985) chamou de “preconceito racial de marca”. Um traço fundamental nesta elaboração é a miscigenação, que favoreceu uma percepção gradual da cor da pele e levou à consolidação da ideia de “harmonia racial”, propagada principalmente a partir obra de Gilberto Freyre (1996, 2001). Outro fato importante é que a miscigenação foi incentivada pelas ideias de branqueamento da população, que orientaram políticas governamentais de fomento à imigração europeia, como de portugueses, por exemplo, para o país no início do século XX e que tinham como objetivos superar o atraso da nação brasileira.

A intenção era que com a miscigenação se desse o “branqueamento” do povo brasileiro. Assim, com o tempo, deixariam de existir brasileiros de raça negra ou indígena, e se superaria o problema da inferioridade da nação, sendo possível que o Brasil se aproximasse das nações desenvolvidas e civilizadas, como as europeias. O ideal de harmonia racial é resultado dessa visão do branqueamento como solução para o “problema racial” do país. A ênfase na miscigenação entre a população brasileira, percebida como indicadora de tolerância racial, e a conseqüente apologia da mestiçagem, é uma das características da ideologia da harmonia racial. (HASENBALG, 1996). Outra consequência desta ideia é a *invisibilização* do racismo, pela proibição institucional e social velada de se falar publicamente sobre raça e preconceito racial. No entanto, temos que o racismo é uma estrutura, ou sistema, de dominação baseada no pressuposto ideológico da existência de uma suposta hierarquia entre as “raças humanas”. Podemos caracterizar o racismo como um conjunto de ideias que se concretiza nas relações entre pessoas e grupos, no modo como se desenham e desenvolvem as políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Consiste em um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa de todas as esferas da vida social, opera por meio de mecanismos capazes de garantir a continuidade de privilégios para uns e exclusão para outros. Isto é, o racismo se organiza e se desenvolve por meio de estruturas, ideias, políticas, práticas e normas capazes de definir oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de sua aparência, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. (WERNECK, 2013, p. 9) Neste sentido, o racismo institucional, também chamado racismo sistêmico, atua como mecanismo estrutural que permite a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados. Consiste na forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

Por mais que os imigrantes bolivianos trabalhem, estudem e prosperem, eles não deixarão de ser indígenas e, conseqüentemente, nunca terão a aparência desejável. Ao não possuírem o fenótipo “adequado” necessariamente possibilidades e oportunidades lhes serão vedadas. Não há ethos laboral que supere o racismo.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de 1988. *Proletários e Escravos - Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872* IN Revista Novos Estudos Cebrap, nº 21, São Paulo.

ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António 1970 *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Editora Prelo.

BAENINGER, Rosana (org.) 2012. *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.

BOURDIEU, Pierre 1998. “Um Analista do Inconsciente” IN Sayad, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.

FAUSTO, Boris. 1991. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré.

FREITAS, Caroline C. de M. 2004. *A arquitetura de um projeto migratório: representação, memória e “cosmologia salazarista” entre imigrantes portugueses em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: MIMEO.

FREITAS, Caroline C. de M. 2013. *Entre wiphalas, polleras e ponchos: Embates entre os discursos de CONAMAQ, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Direito Internacional*, Tese de doutorado defendida junto ao PPGAS – Departamento de Antropologia – FFLCH/USP, São Paulo: MIMEO.

FREYRE, Gilberto 1996 (1ª ed.1933) *Casa grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.

_____ 2001. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. São.

LEITE, Joaquim da Costa 1999. “O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)” IN FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer 1994. *Portugueses en Brasil en el Siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre.

GRUN, Roberto 1992. *Negócios e famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Série Imigração - Ed. Sumaré/FAPESP.

HASENBALG, Carlos. 1996. “Entre o mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil” IM CHOR MAIO, Marcos e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

NOGUEIRA, Oracy 1985 (1ª ed. 1954). “Preconceito racial de marca e preconceito racial

de origem — sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil” IN NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz.

ROWLAND, Robert 1998. “Velhos e novos Brasis” in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dirs.): *História da Expansão Portuguesa VI*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SAYAD, Abdelmalek 1998. *A Imigração*. São Paulo: EDUSP.

VIDAL, Dominique. 2012. “Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo” IN BAENINGER, Rosana (org.) *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa.

VERMEULEN, Hans 2001. *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri.

WERNECK, Jurema 2013 *Racismo Institucional – Uma abordagem conceitual*. São Paulo: Geledés, CFEMEA. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP0dHk5tjNAhXCjJAKHfhEB6sQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodegenero.gov.br%2Fmenu%2Fpublicacoes%2Foutros-artigos-e-publicacoes%2Fracismo-institucional-uma-abordagem-conceitual%2Fat_download%2Ffile&usg=AFQjCNGSO9LEtpHsqzOZtwHD7z0qunq8Ow&bvm=bv.126130881,d.Y2I (consultado em 15/06/2016)